

Resenha Crítica

Carmem Valéria Lins Oliveira da Silva¹

O texto intitulado ***“Educación, Movimientos Sociales y Poder Popular. Apuntes Teóricos Para La Praxis Político-Pedagógica”*** de autoria de Jorge Fabián Cabaluz Ducasse e Paula Rossana Ojeda Pizarro, ambos Chilenos licenciados em Educação e Professores de História e Ciências Sociais da Universidade Metropolitana de Ciências da Educação do Chile, disserta sobre a complexa relação entre poder popular, movimentos sociais e educação com foco em refletir sobre experiências políticas pedagógicas do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, MST (Brasil) e *Los Bachillerates* populares em fábricas recuperadas (Argentina) e a caracterização da situação atual da educação popular do Chile projetando problemáticas e propostas de trabalho.

Inicialmente aponta a maneira ascendente dos movimentos populares na América latina com a proposta de se reapropriar dos processos educativos, como fundamento principal na construção de uma nova sociedade, faz um paralelo sobre a complexa relação entre educação, movimentos sociais e poder popular que com suas práticas contribuíram para o exercício e construção do poder popular no intuito de identificar características, potencialidades e linhas de ação no Chile de hoje.

Argumentam os pesquisadores sobre as coordenadas do poder popular e compreende que a categoria de poder popular nos direciona a pluralidade de experiências históricas em que as classes subalternas exercem esse poder de forma direta em territórios e instituições buscando gerar espaços libertários e padrões igualitários, no entanto afirmam que muitas dessas experiências foram instrumentalizadas ou exterminadas e advertem que a reconstrução do poder popular deve começar por reconhecer criticamente a multiplicidade de experiências históricas nascidas do calor das lutas ao expor o surgimento de configurações que inserem novas formas de subjetividade, como uma concepção dialética de avanço e retrocesso no intento de superar as contradições sociais em função dos interesses do sujeito popular e das classes subalternas, em termos de relações sociais atreladas a constituição do sujeito na conjunção subjetiva da construção histórico-social, tal qual um movimento permanente de conflito, haja vista que o sistema capitalista induz a despersonalizar e coisificar o sujeito.

Nesse segmento, argumentam que embora a questão do sujeito popular e plural seja de extrema relevância para qualquer tipo de ação política, é na tentativa de entrelaçar a política anticapitalista a

¹ Psicóloga CRP 02/15088, Pós-Graduada em Psicologia Jurídica/FACHO, Pós-Graduada em Humanização na área de Saúde/UPE-FCM, Pós-Graduada em Intervenções Clínicas em Psicanálise/ FAFIRE.

realidade do povo que se deve buscar a autonomia consciente com seus diversos significados e implicações com a participação direta de cada sujeito na construção da democracia unindo a autonomia e soberania, sem que o foco das lutas dos projetos populares seja o controle dos aparatos do Estado, justamente para evitar cometer erros associados ao socialismo real.

Ao final, o conceito de poder popular é assumido como política pré-figurativa e inaugural, enquanto processo de construção, intersubjetivo do presente e do futuro, no sentido de prefigurar, propor, antecipar, criar desde agora, os espaços e formas de organizações das sociedades do amanhã.

No capítulo “*Educación popular y movimientos sociales*” se reconhece as relações dialógicas como princípio político pedagógico na construção educativa dos movimentos sociais. Pontua os autores que o movimento social se constitui em si mesmo como princípio educativo por fazer parte de diferentes instâncias organizativas e participar de espaços resolutivos, na direção de que, viver a luta popular é um aspecto nuclear da formação de novas subjetividades ao ampliar a compreensão da realidade social com base na relação dialógica que emerge do suposto da inexistência da ignorância e dos conhecimentos absolutos. Nas palavras do MST, se reconhece o movimento como uma grande escola, na perspectiva que a educação escolar é um processo importante na formação de crianças, jovens e adultos.

Prosseguem argumentando os autores na exposição do tema “*Movimiento de trabajadores rurales sin tierra, MST*” caracterizam a educação popular como espaços sociais marcados por lutas, resistências e citam o exemplo dos assentamentos do MST (Brasil) e as fábricas e empresas recuperadas (Argentina) como experiências que permitem romper com os espaços educativos tradicionais, vinculados as lutas dos movimentos sociais, que permitem praticas educativas de acordo com as necessidades enredadas com a ampliação das lutas políticas, culturais e ideológicas, através da construção de práticas educativas transformadoras com a participação de todos os envolvidos nas decisões e são dirigidas por meio da auto gestão.

O Estado é reconhecido para os citados movimentos, como uma instância de dominação política, onde os movimentos sociais podem atuar em benefício dos interesses populares, em que os espaços educativos são entendidos como escolas populares, nos termos de autogestão por organizações e movimentos sociais de caráter público e não estatal.

Os analistas dão seguimento ao texto e no parágrafo “*El estar-siendo de la Educacion Popular em Chile*” descrevem as características e singularidades da educação popular no Chile, enquanto espaços de educação popular de formação de pensamentos críticos transformadores, por ser espaços de lutas e resistência das populações que fortalecem a construção do poder popular, fundamentados na

Autoeducação e na Educação popular com formatos quase formal, baseadas na busca de formulas educativas autônomas que atendam as necessidades do povo, permitindo recriar sua existência e sua cultura, por meio do reconhecimento do saber popular tal qual um saber legítimo, resgatando a riqueza da experiência que emana da vida real. O saber popular é reconhecido e valorizado como um saber sensibilidade e um saber necessidade, constituído na convivência cotidiana, na conversa, na troca de experiências, na oralidade e nas representações sociais.

Ao final, os autores concluem que a educação popular no Chile continua ocupando um lugar central nos movimentos sociais, pois permite fortalecer à auto organização, reconhecer seus próprios saberes, construir coletivamente conhecimentos, interpretações e significados da realidade, na acepção de que todos os movimentos discutidos no artigo exploram a transformação dos espaços educativos hegemônicos para construção de um novo mundo.

Aporte Teórico

Paula Rossana Ojeda Pizarro, Jorge Fabian Cabaluz Ducasse. Actuel Marx, Vol. 13. "Educación, movimientos sociales y poder popular. Apuntes teóricos para la praxis política pedagógica". LOM V